



# A União Europeia deve apoiar a democratização árabe

**A**s revoluções no norte de África e no mundo árabe provam que, afinal, os idealistas é que são realistas e que os apologistas da *realpolitik* estavam muito enganados. Por isso, a Europa hoje projecta uma má imagem nos países vizinhos em transformação política, em especial entre as vanguardas que clamam por reformas democráticas. Tal resulta da percepção generalizada de que a União Europeia (UE) (Comissão, Conselho e governos dos Estados Membros) apoiou até quase ao fim os ditadores já depostos (Mubarak e Ben Ali) e de que ainda está a fazer equilibrismos com os regimes ditatoriais que estrebucham (no Iémen e Bahrein, por exemplo).

Isto mesmo foi transmitido frontalmente por activistas da Praça Tahrir a uma delegação do Parlamento Europeu (PE) que visitou o Egipto recentemente. Salvava-se, segundo também sublinharam, exactamente o PE, por sempre ter tido portas abertas para todas as forças democráticas e sempre ter apoiado a causa dos direitos humanos. Esta contundente crítica à acção externa e à política de vizinhança da UE deixa à vista a incorrecção de políticas que, a pretexto de supostos interesses estratégicos, políticos, securitários ou económicos, fecham os olhos a princípios basilares como a defesa dos direitos humanos e a promoção da democracia.

Nesta perspectiva, esta é mais

uma semana a suscitar sentimentos contraditórios no PE: apoio à intervenção militar das forças aliadas que, em cumprimento de um mandato da ONU, está a permitir o avanço dos rebeldes na Líbia (no dia em que escrevo avançam para tomar a cidade de berço de Kadhafi); indignação contra a violenta repressão dos protestos na Síria; encorajamento quanto aos protestos populares no Iémen, Jordânia, Bahrein, e Arábia Saudita; optimismo relativamente ao processo de mudanças encetado na Tunísia; e apreensão pelo que acontecerá no Egipto, perfilando-se eleições até ao final do ano - um prazo demasiado curto para as forças progressistas ainda não organizadas.

Em relação à Líbia, a comunidade internacional reagiu tarde, mas acertadamente: o Conselho de Segurança da Nações Unidas (CSNU) decidiu finalmente pôr em prática a 'Responsabilidade de Proteger'. Foi uma decisão histórica e necessária para evitar o massacre de civis e ajudar a compensar o desequilíbrio de capacidades militares, entre os mercenários do coronel Kadhafi e as forças revoltosas a procurar pôr fim à tirania. Nesse sentido, o PE tinha apelado à aprovação da resolução do CSNU impondo uma zona de exclusão aérea sobre Líbia. Resta esperar que o tardar da intervenção não tenha por consequência um conflito dolorosamente prolongado.

Quanto ao Egipto - o epicentro cultural e civilizacional que



**A União Europeia (UE) (Comissão, Conselho e governos dos Estados Membros) apoiou até quase ao fim os ditadores já depostos (Mubarak e Ben Ali) e de que ainda está a fazer equilibrismos com os regimes ditatoriais que estrebucham (no Iémen e Bahrein, por exemplo)**

**ANA GOMES**  
eurodeputada

irradia para todo o mundo muçulmano - os dados podem ter sido lançados pelo referendo constitucional que teve lugar no passado dia 19 de Março. Cheguei ao Cairo nesse mesmo dia, integrada na delegação do PE que acima refiro e que era chefiada pelo Presidente do Parlamento. A revolução de 25 de Janeiro estava já a dar frutos, disseram-nos os egípcios orgulhosamente: o povo afluíu às urnas como nunca (a taxa de participação foi de 41%), mesmo sem observadores para verificar a transparência do referendo, organizado em duas semanas apenas. Votaram-se nove emendas constitucionais: umas positivas, outras menos, já que restringem quem pode candidatar-se à presidência.

É fundamental apoiar os activistas - em que sobressaem os jovens e as mulheres - da Praça Tharir para que se organizem em partidos políticos democráticos e possam competir com a coligação de forças conservadoras já no terreno - os militares no poder, restos do aparelho de Mubarak e a Irmandade Muçulmana (que além de enraizada organização, tem fundos de proveniência saudita e nenhuma hesitação em usar a cartada religiosa). Vi um Egipto cheio de incertezas, desemprego, insegurança, mas também fervilhante de gente cheia de vontade de pôr em prática a democracia e de exercer a cidadania. Vi mulheres que ousavam manifestar-se e organizar-se em defesa dos seus direitos, apesar de arriscarem ser presas pela

polícia e forçadas a submeter-se a testes de virgindade (como aconteceu a algumas no passado dia 19 de Março). Vi solidariedade para com a acção internacional na Líbia e de protesto pela inacção relativamente ao Iémen, Bahrein e Arábia Saudita.

Perante estas mudanças históricas no norte de África e no mundo árabe, é urgente que a UE redefina a sua política externa para o Mediterrâneo e mundo árabe. Há que investir no apoio às forças democráticas em todos estes países, tendo em conta as especificidades de cada um: além de ajudar a organizar processos eleitorais e apoiar reformas constitucionais, é sobretudo através da capacitação e treino de parlamentares, ONGs, sociedade civil, media independentes, autoridades judiciais, etc. que a UE poderá realmente ajudar a consolidar a mudança no sentido democrático. E dado o contexto político, cultural e religioso nestas sociedades muçulmanas, nada será mais decisivo do que ajudar a afirmar direitos, participação, visibilidade e poder para a maioria da população: as mulheres.

É uma oportunidade imperdível para a UE dar realmente prioridade aos valores e princípios que prega. E ao mesmo tempo, para defender os seus próprios interesses: porque com sociedades livres e democráticas nos países vizinhos melhor poderá desenvolver e dar sustentabilidade às relações económicas, políticas e outras de que se tece uma boa vizinhança. ■



ID: 34792678

31-03-2011



Ana Gomes

**A Europa hoje projecta  
uma má imagem nos países vizinhos  
em transformação política**

PÁGINA 17